


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002159-76.2012.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**  
 Requerente: **Irmãos Ruscito Ltda**  
 Requerido: **Jose Cicero Barros da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação monitória proposta por **Irmãos Ruscito Ltda.** em face de **José Cícero Barros da Silva** sob o fundamento de que é credor do requerido da quantia original de R\$ 453,75, representada pelos cheques que acompanham a inicial (fls. 7/8).

Citado, o requerido não se manifestou nos autos (fl. 51).

O autor postulou o julgamento antecipado da lide.

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 329 do Código de Processo Civil.

O pedido é improcedente em razão da prescrição.

Aplica-se, na hipótese, o artigo 206, § 5º, I, do atual Código Civil, que prevê prazo prescricional de cinco anos.

O entendimento foi consolidado pela Súmula 503 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cujo teor se reproduz: *O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.*

Os cheques foram emitidos em 11 e 31 de julho de 2006.

Assim, verifica-se que na data da distribuição da ação (28/09/2012), o prazo prescricional para ajuizamento da ação monitória havia decorrido.

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido com fundamento no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pela autora. Sem condenação em honorários advocatícios.

P. R. I. C. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 15 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA